

MEIO AMBIENTE

# FSC é contrário a exigir certificação

Rita Soares  
de Belém.

O Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil), responsável pela emissão de um dos selos verdes mais aceitos do mundo, é contra a obrigatoriedade de certificação para projetos de manejo na Amazônia. Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) publicou instrução normativa suspendendo planos de manejo com mogno ou que fiquem em um raio de 10 quilômetros de reservas indígenas ou unidades de conservação. A exploração só poderá ser retomada, de acordo com as novas regras, nas áreas em que o processo de certificação tiver pelo menos começado. Com a medida, o governo espera acabar com a exploração ilegal do mogno, a mais cara das espécies tropicais e que está ameaçada de extinção.

A medida, considerada drástica, surpreendeu até mesmo os ambientalistas e vem provocando reações inesperadas como a do FSC, que teme que a exigência da certificação não tenha o efeito desejado pelo governo e ainda ponha em xeque a credibilidade dos selos verdes.

Em comunicado divulgado ontem, a direção do FSC Brasil diz parabenizar o governo pela tentativa de reprimir o desmatamento predatório, mas faz um alerta: o melhor instrumento para isso seria fortalecer o Ibama para que o próprio órgão pudesse assumir a responsabilidade sobre os planos de manejo. O secretário executi-

vo do FSC, Wlatter Suiter, disse ontem a este jornal que ainda nesta semana a direção do Conselho espera reunir-se com o presidente do Ibama, Hamilton Casara, para discutir o assunto.

A cautela dos certificadores em relação à medida tem dois motivos. Ao transformar a certificação de voluntária em obrigatória, o governo pode acabar contribuindo para que madeireiros que hoje procuraram o selo verde como forma de agregar valor ao produto florestal voltem-se contra a certificação. Pode também fazer os empreendedores desistirem da atividade florestal e optarem por pecuária ou plantio de soja, que têm efeitos muito mais devastadores sobre a floresta.

A solução, de acordo com Suiter, poderia ser uma simples troca de palavras na edição da resolução. Ao invés de só aprovar exploração em planos de manejo certificados, o Ibama daria apenas "preferência" aos que têm selo verde. "É uma prerrogativa do mercado aceitar ou não um determinado selo, bem como conferir valor ou não a um determinado selo. E são os consumidores que decidem sobre os padrões necessários que o produto precisa satisfazer", diz o comunicado divulgado ontem.

De acordo com o FSC Brasil, 20% das florestas plantadas do País — a maioria no Sul — já estão certificadas. Na Amazônia, onde a extração ainda é feita na floresta nativa, pelo menos 15 madeiras estão em processo de certificação. Quatro já conseguiram o selo, somando um total de 300 mil hectares. ■